

# Cruesp agenda reunião só para 21 de setembro

*E governo Serra continua escondendo a arrecadação do ICMS*

O Fórum das Seis enviou ofícios à presidência do Cruesp, solicitando a continuidade das negociações das nossas reivindicações, interrompidas pelo Cruesp em 18/6/07, quando seu presidente, e reitor da Unicamp, comprometeu-se a retomar o diálogo assim que a situação em todas as universidades fosse normalizada. Apesar disso ter acontecido há muito tempo, a reunião só foi marcada para o dia 21/9.

A questão extremamente importante do financiamento da permanência estudantil precisa ser discutida com os reitores e encaminhada pelas universidades. Embora nossos salários tenham sido reajustados em 3,37% (o índice da Fipe de maio/06 a maio/07), persistimos reivindicando a incorporação de uma parcela fixa ao salário-base de professores e funcionários, de modo a reduzir as diferenças salariais no interior da universidade. O Cruesp havia se comprometido a realizar reuniões mensais de acompanhamento do ICMS — que até hoje não foram agendadas — e, em outubro/07, discutir a incorporação da parcela fixa, dependendo da evolução da arrecadação, tendo, para tanto, proposto parâmetros com os quais não concordamos. A indisposição do Cruesp em retomar o diálogo é preocupante, dado o ataque a que estão submetidas as universidades estaduais.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 constam os “no mínimo

9,57%” da quota-parte do Estado do ICMS, juntamente com a parcela correspondente da Lei Kandir, que prevê o ressarcimento dos Estados pelas perdas de arrecadação devidas à isenção de ICMS para as exportações. Como noticiado no *Informativo Adusp* 241, em razão de uma manobra semântica da Secretaria da Fazenda (com a cooperação do governo Lula) as universidades estaduais não receberam a parcela deste repasse que lhes é devida (para mais detalhes, veja quadro nesta página). Além disso, permanece o desconto indevido do montante da habitação antes do cálculo dos 9,57% destinados às universidades estaduais.

Qualquer um que tenha estudado com cuidado a situação das universidades estaduais sabe que os atuais 9,57% são insuficientes: além dos descontos indevidos que acabamos de mencionar, incluem parte ponderável dos cerca de 30% de expansão de vagas, o pagamento dos aposentados e parte do sustento de hospitais universitários. É um percentual que inviabiliza políticas de permanência estudantil compatíveis com a demanda existente e impossibilita que as universidades possuam recursos suficientes para sustentar a pesquisa, tornado-as inteiramente dependentes de agências de fomento, o que ameaça sua autonomia acadêmica.

O governo Serra continua “escondendo” a arrecadação de impostos estaduais, deixando de divulgar os montan-

tes mensais de ICMS, IPVA e do imposto *causa mortis*, violando princípios básicos de transparência administrativa. Merecem registro a sua indisposição ao diálogo e à negociação. Afinal, não é possível acreditar que a Secretaria da Fazenda cancele o repasse relativo à Lei Kandir deste ano sem a anuência do Governador. No dia 31/5/07, durante manifestação de professores, estudantes e funcionários, que foi impedida pela Polícia Militar de chegar ao Palácio dos Bandeirantes, uma comissão do Fórum das Seis foi recebida no Palácio para apresentar nossas reivindicações.

Estas foram enunciadas aos representantes do governo e, no dia 4/6/07, foram protocoladas na Casa Civil. Nossas reivindicações: constituição de uma mesa de negociação com o Executivo para discutir o aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral e nas universidades estaduais, assim como a elaboração de um instrumento legal para garantir a vinculação de recursos para manutenção e desenvolvimento adequados das universidades. No mesmo ofício, exortávamos o Governador a providenciar a publicação mensal dos dados relativos à arrecadação de im-

postos e manifestávamos interesse em participar de grupo de trabalho, proposto pelos reitores e pelo Presidente da Fapesp, para analisar o ordenamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Jamais recebemos resposta do ofício e tampouco foi criado o mencionado grupo de trabalho.

Nossa experiência histórica passada e recente indica que só a pressão política poderá fazer Cruesp e Executivo reagirem. Ou será que assistiremos quietos e calados à destruição da universidade pública e gratuita, voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade?

## Como arrochar verbas do Ensino Superior, parte II

O *Informativo Adusp* 241 (8/8/07) registra que como o governo federal passou a denominar a Lei Kandir como “Auxílio Financeiro para o fomento das Exportações”, a Secretaria da Fazenda decidiu não incluir este repasse na base de cálculo dos 9,57% destinados às universidades estaduais. Segue um pouco mais dessa história, que continuaremos a contar em outras edições.

Em 14/6/07 o Cruesp enviou ofício ao Secretário da Fazenda, argumentando que, muito embora a denominação tivesse mudado (de Lei Kandir para Auxílio ao Fomento das Exportações), o repasse federal correspondente deveria continuar a fazer parte

da base de cálculo dos 9,57% destinado às universidades estaduais. A resposta da Secretaria aos reitores, elaborada por um Assistente Técnico da Fazenda III, endossada e encaminhada ao Cruesp por ofício assinado pelo secretário Mauro Ricardo Machado Costa, é uma pérola. Destaca que “as transferências da União no âmbito da Lei Complementar 87/96 (a Lei Kandir) são efetuadas com o objetivo de minimizar os efeitos da queda no valor das arrecadações dos Estados, decorrentes da desoneração do ICMS sobre as transações de produtos destinados à exportação.” Por outro lado, o mesmo documento registra que o chamado “Auxílio Financei-

ro aos Estados para Fomento das Exportações” não decorre de operações relativas ao ICMS, mas que segundo informações disponíveis “no site da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, essa transferência foi criada pelo Governo Federal para premiar a cooperação dos entes da federação no esforço exportador, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira.”

Com base em tal “argumentação”, retira-se o repasse correspondente a esse “Auxílio” da base de cálculo dos 9,57% das universidades estaduais. Não precisaremos de “auxílio” para colocar o nariz de palhaço.

# TCE contesta contratações realizadas pela USP

**D**ocentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp contratados a partir de 7/5/2004 podem ter seu contrato de trabalho rescindido por exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). O TCE-SP vem negando às universidades o registro de contratações para vagas que não tenham sido criadas, em lei, pela Assembléia Legislativa.

A anulação afeta todas as contratações desse tipo realizadas posteriormente à publi-

cação, pelo TCE-SP, em 2004, de uma resolução alertando as universidades de que não mais seriam aprovadas as contratações em vagas criadas por resoluções internas das universidades. O tribunal rejeitou o registro de mais de 200 contratações da USP, entre docentes e técnicos administrativos.

Em alguns dos processos, o TCE-SP chega a aplicar multas aos administradores das universidades responsáveis pelas contratações. O valor

chega a 300 unidades fiscais do Estado de São Paulo (Ufesp), que totalizam R\$ 4,2 mil. Entre os multados, estão o ex-reitor, professor Adolpho José Melfi, e vários diretores de unidade.

## Contestação

Em ofício enviado à Adusp, a Consultoria Jurídica da USP informou que está contestando as decisões do TCE. A Consultoria afirma que as contratações preencheram empregos e funções que já

existiam, tendo sido criados de acordo com as normas legais então em vigor, mas estavam vagos por dispensas, falecimentos e aposentadorias. Para a consultoria, “por evidente os empregos e funções existentes, quando vagos, estão livres para novas admissões, não existindo fundamento normativo para extinguí-los”.

Não há prazo para que o TCE julgue os recursos da universidade, e a USP poderá ainda levar o recurso a outras

instâncias. Caso a anulação seja mantida, as universidades podem ser obrigadas a rescindir os contratos. A procuradora-chefe da Consultoria Jurídica da USP, Ana Maria da Cruz, porém, considera a hipótese remota: “os contratos dificilmente serão revogados, isso ainda está em uma instância administrativa, nem chegou à justiça ainda”.

Procurada pelo *Informativo Adusp*, a assessoria de imprensa do TCE preferiu não se manifestar.

## Plebiscito questionará privatização da CVRD

Na Semana da Pátria (1º a 7 de setembro), um Plebiscito organizado pelos movimentos sociais e por instituições ligadas à Igreja católica vai indagar à população brasileira se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada há dez anos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, deve ou não “continuar nas mãos do capital privado”. Por causa do recesso escolar, na USP, onde um comitê foi constituído com a participação da Adusp, o Plebiscito será antecipado, ocorrendo de 27/8 a 31/8. O Plebiscito inspira-se naquele que, realizado na Semana da Pátria de 2000, colheu mais de 5,5 milhões de votos favoráveis ao não pagamento da dívida externa.

O Plebiscito é impulsionado pelo Comitê Nacional pela Anulação do Leilão de Privatização da Vale, constituído pelas seguintes organizações, entre outras: Andes-SN, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Movimento Trabalhadores Sem-Terra (MST), Via Campesina, Con-

sulta Popular, *Jornal Brasil de Fato*, Corrente O Trabalho do PT, Assembléia Popular, Rede Jubileu, Comitê contra a Alca, Marcha Mundial de Mulheres, Pastoral Operária, Rede Popular, Rede de Estudantes Populares de Direito, Sindicato dos Advogados de SP, Sindicato dos Petroleiros de SP, Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário, SP, Conselho das Associações de Moradores de SP, Comitês Pela Anulação do Leilão da Vale de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

A realização do Plebiscito é uma das atividades previstas na “Jornada de Luta pela Anulação do Leilão da Vale”, que incluirá ainda, em 5/9, ato e vigília nacional no Tribunal Regional Federal de Brasília (onde estão as ações referentes ao leilão); em 7/9, manifestação no Rio de Janeiro, “por ocasião do Grito dos Excluídos levantando a bandeira da Anulação do Leilão”; e, ao longo da Semana da Pátria, eventuais atos de protesto diante de agências do Bradesco, “um dos principais acionistas da Vale”.

## Perguntas

A principal pergunta a ser feita na consulta: “Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce — patrimônio construído pelo povo brasileiro — foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?”

Como a realização do Plebiscito será descentralizada, cabendo às diferentes entidades montar seus próprios postos de coleta de votos, outras perguntas poderão constar das cédulas de votação, a depender da organização responsável. Como explica o Comitê Nacional, no sítio “A Vale é Nossa” ([www.avaleenossa.org.br](http://www.avaleenossa.org.br)), outras três perguntas buscam colher a opinião pública sobre: a política de pagamento da dívida externa e interna; política de energia elétrica; a contra-reforma da previdência do governo Lula. “Algumas organizações decidiram trabalhar apenas com a primeira pergunta [sobre a privatização da Vale]. Outras, no seu trabalho de base, vão trabalhar todos os temas.

Por esta razão em breve teremos disponibilizadas duas cédulas do Plebiscito, uma com as quatro perguntas, outra com apenas a primeira”. O 52º Conad do Andes-SN, além de reafirmar a participação do sindicato na realização do Plebiscito, referendou a cédula composta pelas quatro perguntas aprovadas pelo Comitê Nacional, que o organiza.

## Leilão fraudulento

“Em maio de 1997, a Vale foi vendida pelo governo federal em leilão, por R\$ 3,3 bilhões. Dois anos depois, a empresa teve um lucro anual de mais de R\$ 1,2 bilhão”, segundo texto da jornalista Beatriz Camargo publicado no sítio Repórter Brasil. “Hoje, a Vale é uma das maiores empresas da indústria de mineração e metais no mundo: seu valor de mercado está em torno de R\$ 103 bilhões, segundo a última avaliação divulgada pela própria CVRD. Em 2006, suas vendas totais atingiram US\$ 9,6 bilhões, dos quais US\$ 6 bilhões em exportações.”

A venda da CVRD pelo então presidente FHC concre-

tizou-se naquele que é tido como “o mais fraudulento leilão de privatização da história recente do Brasil”, cujo edital “nasceu da avaliação feita por um consórcio de empresas do qual participava o banco Bradesco”, segundo a publicação *A Vale é Nossa*, da organização Assembléia Popular. “A Lei de Licitações proíbe que a empresa que participou da avaliação participe também da arrematação da empresa. Mas foi exatamente o que aconteceu. O Bradesco avaliou a CVRD e hoje é um dos principais acionistas privados da empresa”.

A privatização da CVRD ainda está sob julgamento, lembra a mesma publicação: “Existe um total de 107 ações populares, mandatos de segurança, ações civis públicas questionando o leilão da Vale”. Em dezembro de 2005, a luta para reverter a escandalosa alienação da CVRD recebeu novo alento, quando a 5ª Turma do TRF de Brasília decidiu que a privatização da empresa passará por uma perícia técnica para apurar se o valor foi subestimado.

# Ação do gatilho: desfecho à espera da Reitoria

Com relação à ação do gatilho, repetimos: os colegas que não tiveram seu nome publicado no *Diário Oficial* de 17/2/2006 devem conferir a lista disponível na página eletrônica da Adusp. Para os casos de litispendência só há alternativa à exclusão indevida se o colega comprovar que isso é um engano (as instruções estão no mesmo local que a listagem). Se for esse seu caso, por favor, envie a documentação necessária até o dia 29/8 para a secretaria da entidade.

Resgatando a cronologia recente:

6/2/06- A Justiça recusou o último pedido feito pela USP para embargar a sentença no processo dos gatilhos salariais devidos aos docentes em 1987.

17/2/06- A USP entregou ao juiz uma listagem dos docentes que, segundo ela, seriam os beneficiados pela ação, juntamente com uma tabela de diferenças salariais devidas, mas contendo irregularidades flagrantes nos cálculos e falhas evidentes na relação de beneficiários.

30/6/06- Em audiência com a Reitora, apontamos os erros detectados na lista e nos cálculos da Reitoria.

1º/9/06- Novo encontro, desta vez com a Procuradora-Chefe da USP e uma representante do gabinete da Reitoria, para tratar dos erros apontados na reunião com a Reitora.

15/9/06- Como resultado da reunião de 1/9, encaminhamos ofício à Reitoria, explicitando os aspectos sobre os quais houve acordo na reunião, tratando dos problemas com a lista dos beneficiados, juntamente com uma planilha demonstrando, conforme a sentença, os cálculos da dívida no ano de 1987 e incluindo o resíduo final de 32,96%.

25/1/07- Esgotado o prazo legal para que a USP respondesse aos questionamentos

que apresentamos sobre seus cálculos e listagem; além disso, o juiz instou-a a comprovar os cálculos do que deve ser pago a cada docente e a comprovação do pagamento, que ainda não foi anexada ao processo.

28/3/07- Novo ofício à Reitoria cobrando resposta do acordado em 1º/9/06.

5/7/07- Em nova audiência tendo como um dos itens de pauta a ação do gatilho, a Reitora assumiu o compromisso de verificar com sua equipe as situações que teriam levado a não termos ainda superado esses itens e concordou que se realize, até meados de agosto, nova reunião técnica entre representantes da Adusp e da Reitoria. Nessa reunião, trataríamos da lista e da sistemática de cálculo dos gatilhos devidos e pagos em atraso no ano de 1987 e, em seguida, marcaríamos nova reunião, com

a presença da Reitora, para tratar das demais implicações da sentença já transitada em julgado a favor da Adusp.

10/8/07- Reunião do Conselho de Representantes da Adusp reiterou a necessidade da reunião com a Reitoria e novo contato foi feito.

16/8/07- Agendada para 31/8/2007 nova reunião com a procuradora-chefe Ana Maria da Cruz, e a representante do gabinete da Reitoria, Lívia Koenigstein Zagó, conforme combinado em 5/7/07.

Até 2/9/07 devemos entregar nossa manifestação ao juiz quanto ao cumprimento da sentença. Ou seja: sem a resposta da Reitoria, solicitaremos a indicação de perito para que a sentença seja cumprida conforme a resolução de fevereiro de 2006.

É importante que os interessados se manifestem até 29/8.

## Jornada em Defesa da Educação Pública tem início em 20/8

De 20 a 24/8, diferentes movimentos sociais e sindicais realizarão debates e manifestações em todo o país em defesa do ensino público. Entre os principais eixos do movimento estão a erradicação do analfabetismo, “garantia do acesso da classe trabalhadora à educação pública de qualidade e socialmente referenciada em todos os níveis”, e “ampliação do investimento público em educação pública para no mínimo 7% do PIB”.

Outros itens da pauta da Jornada em Defesa do Ensino Público são a “autonomia das universidades frente às ingerências de governos e mantenedoras”, a rejeição à “priva-

tização do ensino público e dos hospitais universitários, seja por meio das fundações privadas seja pela aprovação do projeto de criação de fundações estatais”, bem como a reivindicação do “Passe Livre Estudantil financiado pelo lucro das empresas de transportes” (vide pauta completa em [www.andes.org.br/Informandes21\\_jornada.htm](http://www.andes.org.br/Informandes21_jornada.htm)).

Entre as muitas entidades e organizações que participam da Jornada estão o Andes-SN, a UNE, UBES, MST, Conlute, Comissão Pastoral da Terra e também executivas nacionais de diversos cursos, diretórios centrais e movimentos populares.

## Vogt promete Fapesp na Secretaria de Ensino Superior

Nossa luta contra os decretos do governador Serra pode ter tido mais uma vitória: o novo secretário da educação superior, Carlos Vogt, afirmou aos jornais que a Fapesp deverá ir para a Secretaria de Ensino Superior, a mesma pasta na qual estão as universidades estaduais, como era antes da posse da atual gestão. Assim, mais uma das agressões ao ensino e à pesquisa em São Paulo, decretadas por Serra/Pinotti, está sendo revogada.

Cabe perguntar se o Centro Paula Souza, vinculado à Unesp, será colocado na mesma secretaria em que estão as universidades, e se os demais decretos serão revogados.

## Carta pública denuncia intransigência no Ceeteps

O Sinteps, Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, divulgou uma carta aberta às autoridades do Estado de São Paulo, denunciando as más condições de trabalho e os baixos salários da categoria.

Segundo o documento, a Secretaria de Desenvolvimento do Estado tem se mostrado intransigente e se recusa a receber os representantes do sindicato. Também estaria agindo do mesmo modo a superintendência do Ceeteps, que “há dois anos não responde à pauta de reivindicações específicas da categoria”.

Outro ponto abordado é a lei da data-base do funcionalismo, em vigência desde 2005, mas que nunca foi respeitada pelo governo do Estado.

## Os números da “desprecarização”

O ofício da Reitoria de 18/6/2007 informando a abertura da 6ª Etapa do programa de concursos públicos determinou um prazo, até 10/8/2007, para que as unidades encaminhassem ao DRH a solicitação dos cargos necessários para atender todos os docentes contratados que participarão do concurso, indicando o número dos claros que serão postos no certame. As unidades deveriam anexar ao ofício a relação nominal de todos os docentes contratados, com as respectivas assinaturas, declarando ciência da 6ª Etapa do Programa, bem como a listagem com os nomes dos docentes contratados que pretendem se inscrever nos concursos públicos.

O *Informativo Adusp* solicitou à Reitoria, em 15/8, informações sobre o número total de professores contratados e o número de docentes, por unidade, que decidiram se inscrever no Programa. Depois de muita insistência, recebemos do Gabinete da Reitoria, em 16/8, um telefonema informando que os dados solicitados ainda não estavam sistematizados — e que, tão logo estivessem disponíveis, seriam encaminhados à redação. Entretanto, o representante dos doutores no Conselho Universitário relatou ao *Informativo Adusp* que na sessão de 14/8 daquele colegiado a Reitora informou que dos 784 precários, 625 já haviam aderido ao programa.

# Assembléia e Plebiscito para mudança do Regimento da Adusp

O novo Código Civil exige que as associações constituídas na forma das leis anteriores, devem se adaptar às novas disposições nele contidas. O Ministério do Trabalho, a partir de janeiro de 2007, exige a adequação dos sindicatos ao novo Código Civil. Torna-se, portanto, necessário modificar o Regimento Geral da Adusp-Secção Sindical, de outubro de 1990, contemplando as atualizações exigidas. Aproveitando a oportunidade, a Diretoria da Adusp propõe algumas alterações reformulando a redação de artigos, de modo a atender ao nosso funcionamento rotineiro. As modificações envolvem os seguintes pontos:

- 1- Readequar os capítulos;
- 2- Incluir a localização da entidade;
- 3- Explicitar que é uma das finalidades da Adusp-S. Sind. a representação e a defesa dos seus associados perante autoridades administrativas e judiciais;
- 4- Definir a possibilidade de transferir a qualidade de associado a cônjuge ou companheiro pensionista de associado falecido;
- 5- Alterar para 1/5 de associados (exigência do novo Código Civil – Artigo 60) o número mínimo para convocação dos órgãos deliberativos. *Esse ponto altera o*

*mínimo de 40 associados exigido atualmente. Por nos parecer um tanto restritivo o novo número, a diretoria da Adusp-S. Sind. se compromete a usar o seu poder regimental e convocar uma Assembléia Extraordinária caso 40 associados assim o solicitem;*

6- Eliminar a necessidade de plebiscitar as mudanças regimentais;

7- Trocar a numeração de artigos e retirar eventuais redundâncias ocasionadas pelas modificações realizadas.

A adequação do Regimento

Geral em vigor deverá ser feita seguindo o atual, que prevê duas etapas: Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, com a presença de 10% (dez por cento) dos associados e Plebiscito referendando as mudanças aprovadas nessa Assembléia.

Diante disso, estamos convocando a Assembléia Geral para a adequação do Regimento com uma dinâmica que permita atingir o quórum exigido, conforme o cronograma acima.

A proposta da Diretoria

de adequação ao Código Civil do atual Regimento Geral foi discutida na reunião do Conselho de Representantes de 10/8/07. Na página eletrônica da entidade ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)) pode-se obter o atual Regimento Geral, com comentários indicando as mudanças, bem como a nova proposta. Para aqueles que preferirem, cópias em papel estarão disponíveis na sede da Adusp.

## CRONOGRAMA

**20/8/07, segunda-feira, 17h**

**Local: Aud. Abrahão de Moraes (IF)**

Abertura da Assembléia Geral com apresentação da proposta da Diretoria.

**21/8 a 27/8**

Realização de Setoriais da Assembléia Geral nas várias unidades e campi para discutir as propostas apresentadas pela Diretoria da Adusp.

**27/8, segunda-feira, 17h**

**Local: Aud. Abrahão de Moraes (IF)**

Fechamento da Assembléia Geral e votação das propostas apresentadas.

**28/8 a 31/8, terça a sexta-feira**

Plebiscito referendando a deliberação da Assembléia Geral ocorrida.

## Refeição 28% mais cara no Clube dos Professores

Na volta às aulas, os frequentadores do restaurante do Clube dos Professores, no campus Butantã, foram recebidos com um aumento no preço das refeições. O valor pago pelo bufê completo passou de R\$ 12,50 para R\$ 16,00 — uma alta de 28%.

O aumento incomodou docentes que costumam almoçar no local. É o caso do professor Ademar Ferreira (EP), para quem “no mínimo deveriam ser dadas explicações, mostrando os custos, para justificar esse aumento, que é grande”. O professor afirma que ele e outros colegas passaram a evitar o almoço no Clube, em razão do aumento.

Outra docente que passou a ir menos ao Clube é a professora Maria José Bechara (IF), que considerou a majoração “exorbitante”. “Eu parei de frequentar, normalmente tenho evitado”, afirma ela.

Para o professor Flávio Finardi (FCF), porém, o aumento “não é abusivo, você tem que considerar também que é um lugar onde todos têm um bom atendimento”.

Finardi acredita que o descontentamento deve-se ao fato de haver uma única opção para o usuário: “É um preço fixo, e tem gente que se sente explorada porque come menos”. Até 2006, o Clube oferecia também um bufê só de saladas, a um preço menor.

A coordenadora do Coseas, professora Rosa Godoy, afirma que o aumento teve como motivo a “desatualização dos preços” e foi adotado “levando-se em conta os novos gastos com matéria prima, os novos contratos com os fornecedores”.

## Assembléia Geral da Adusp

**2ª feira, 20/8 às 17h no Anfiteatro Abrahão de Moraes (IF)**

Pauta: Mudança do Regimento Geral da Adusp-S. Sind.

**A sua participação é importante! Compareça!!!**